

A sinodalidade do papa Francisco: um estudo à luz da sinodalidade de Lucas em Atos 15,1-35

The synodality of pope Francis: a study in the light of Luke's synodality in Acts 15,1-35

João Luiz Correia Júnior¹
Zélia Cristina Pedrosa do Nascimento²

Resumo

O papa Francisco, desde o início do seu pontificado em 2013, tem optado pelo caminho da sinodalidade. Ao completar dez anos de papa, Francisco convocou a XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos em Roma. O tema *Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão* é inspirado na Bíblia e na tradição da Igreja. Para compreender a importância da retomada dessa estratégia de trabalho eclesial, o presente artigo tem como ponto de partida At 15,1-35, que trata da primeira assembleia cristã realizada em Jerusalém. Após discernimentos em conjunto com as igrejas envolvidas, foram traçados novos caminhos para a evangelização. Essa forma de decidir em conjunto foi usada em diversos momentos da Igreja, retomada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e, atualmente, pelo papa. A metodologia utilizada nesta pesquisa é bibliográfica, por meio da análise literária de textos bíblicos e de autores que pesquisam sobre a eclesiologia atual. Os resultados desses estudos apontam para o fato de que, na visão do papa, é urgente promover o exercício da sinodalidade, a fim de que a evangelização responda aos grandes desafios de hoje, em meio aos dramas humanos locais e regionais que atravessam fronteiras.

Palavras-chave

Evangelização. Sínodo. Cristianismo. Eclesiologia. Bíblia.

Abstract

Pope Francis, since the beginning of his pontificate in 2013, has opted for the path of synodality. Upon completing 10 years as pope, Francis convened the XVI Ordinary General Assembly of the Synod of Bishops in Rome. The theme *For a synodal Church: communion, participation and mission* is inspired by the Bible and the Church's tradition. In order to understand the importance of resuming this ecclesial work strategy, this article takes as its starting point At 15,1-35, which deals with the first Christian assembly held in Jerusalem. After discernments together with the Churches involved, new paths for evangelization were traced. This way of deciding together was used at various times in the Church, resumed by the Second Vatican Council (1962-1965) and, currently, by the pope. The methodology used in this research is bibliographical, through literary analysis of biblical texts and authors who research current ecclesiology. The results of these studies point to the fact that, in the Pope's view, it is urgent to promote the exercise of synodality, so that evangelization responds to the great challenges of today, in the midst of local and regional human dramas that cross borders.

Keywords

Evangelization. Synod. Christianity. Ecclesiology. Bible.

¹ Doutor e mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bacharel em Teologia pelo Instituto de Teologia do Recife (ITER). Pós-doutorado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião e do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Contato: joao.correia@unicap.br.

² Doutoranda em Ciências da Religião na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Mestra em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Assessoria Bíblica pela Faculdades EST. Bacharel em Direito pela UERN. Assistente de Juiz Titular no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Contato: zeliacebi@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Em seu pontificado, o papa Francisco tem se pautado na sinodalidade para enfrentar os novos desafios da evangelização.³ Conforme ele próprio declarou em pronunciamento durante a comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, em 17 de outubro de 2015:

Desde o início do meu ministério como bispo de Roma, pretendi valorizar o sínodo [...]. O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio. Aquilo que o Senhor nos pede, de certo modo, já está contido na palavra “sínodo” [...]. Uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, ciente de que escutar é mais do que ouvir. É uma escuta recíproca, onde cada um tem algo a aprender. Povo fiel, colégio episcopal, bispo de Roma: cada um à escuta dos outros; e todos à escuta do Espírito Santo, o “Espírito da verdade” (Jo 14,17), para conhecer aquilo que Ele “diz às igrejas” (Ap 2,7) (FRANCISCO, 2015, p. 1-3).

Essas palavras do papa Francisco passaram a fazer parte da introdução ao documento publicado pela Comissão Teológica Internacional, que tem como título *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Como bem salientou o papa, o conceito de “sinodalidade” está apresentado a partir da metáfora “caminho”. O mesmo documento, na introdução, recorda os dados etimológicos e conceituais necessários para esclarecer, de forma preliminar, o conteúdo e o uso da palavra “sinodalidade”. Na origem, a palavra “sínodo” (do grego σύνοδος, *synodos*, composta pela preposição σύν, *syn*, “com”, mais o substantivo ὁδός, *odós*, “via”, “caminho”) significa “caminho feito em conjunto”. Essa palavra é traduzida para o latim como *concilium*, que indica uma assembleia convocada pela legítima autoridade. Esse significado é convergente com o conteúdo semântico do hebraico *qahal*, “assembleia”, reunião convocada pelo Senhor, e a sua tradução no grego ἐκκλησία, *ecclesia*, que designa no Novo Testamento a reunião escatológica do povo de Deus em Cristo Jesus (COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, 2018, n. 3-4).

A palavra latina *concilium* (ou sua variante *consilium*) vem de *concalare*, “convocar” (LACOSTE, 2014, p. 409) e tem a mesma etimologia de *syn-hodos*, “sínodo” (LACOSTE, 2014, p. 1670). Nesse sentido, no presente artigo, a palavra “sínodo” aparece como sinônimo de “concílio”.

A gama semântica de *ecclesia*, desde a época do grego clássico, designa a assembleia do povo, ou seja, dos cidadãos masculinos livres com direito a voto na *pólis* (cidade) grega. Contudo, *Ecclesia tou Theou*, Igreja de Deus, é provavelmente a tradução de *qahal’el*, que designa no judaísmo apocalíptico o recrutamento de Deus no fim dos tempos. Nesse aspecto, a comunhão dos discípulos representa o novo Israel de renovação escatológica (BERLEJUNG; FREVEL, 2011, p. 244).

³ A revista *Perspectiva Teológica*, de janeiro a abril de 2022, trata do tema da sinodalidade. Em seu editorial, destaca-se que “a sinodalidade é um novo modo de ser Igreja e, portanto, um novo ‘estilo’: uma Igreja menos autocrática e mais colaborativa, uma Igreja pronta a ouvir e levar em consideração os diferentes pontos de vista” (PARANHOS; PONTE, 2022, p. 11).

Desse modo, em âmbito cristão, o caminho feito em conjunto a partir da assembleia, numa palavra, em “sinodalidade”, é, sem dúvida, um estilo de Igreja inspirado na tradição neotestamentária. A mais antiga reunião semelhante a uma assembleia sobre a qual se tem notícia entre pessoas que faziam parte das primeiras comunidades cristãs foi realizada em Jerusalém, conforme relata Lucas (At 15,1-35) e Paulo, na carta aos Gálatas (2,1-9):

Aí se encontram diversos elementos que podem ser reconhecidos como propriamente sinodais, como: a reunião dos apóstolos e presbíteros que se encontram à frente das igrejas, e sua autoridade específica; a invocação do Espírito Santo como sinal da convicção de seu papel de guia da Igreja peregrina; a busca do discernimento pela verdade do Evangelho e pelo bem da Igreja; a escuta da comunidade, que se reúne, especialmente em oração; a ponderação atenta das várias posições sobre uma determinada matéria; a tomada de uma decisão que passa a ser considerada vinculante; a comunicação da decisão às diferentes igrejas por escrito e com testemunhas (FERREIRA, 2018, p. 392-393).

Os conceitos de “sínodo” e “concílio” passaram, ao longo da história, a significar os encontros de representantes da Igreja, nos quais se trata dos problemas mais importantes (na maioria dos casos, de pontos referentes à doutrina e à disciplina eclesiástica). Fica evidente a intuição das primeiras comunidades cristãs de que a estrutura sinodal ou conciliar constitui a forma de ser Igreja. Quem fala de sínodo ou concílio diz algo sobre a estrutura bem como sobre a constituição interna da Igreja (DICIONÁRIO..., 1993, p. 830).

No presente momento, toda Igreja está convocada pelo papa Francisco para a XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos em Roma, cuja etapa final ocorrerá em duas sessões, outubro de 2023 e outubro de 2024, e terá como tema *Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão*. Desde a preparação, mobilizam-se os mais diversos setores eclesiais, tais como movimentos e associações de leigos, ordens religiosas, faculdades e universidades católicas, associações de teólogos, dentre outras instituições. Desse modo, fica claro que sinodalidade é um modo de eclesialidade colaborativa que valoriza os diferentes pontos de vista, com tomadas de decisão em conjunto.

Nesse contexto em que permeia na Igreja um espírito sinodal, o presente artigo oferece, num primeiro momento, alguns aportes bíblico-eclesiológicos a partir da narrativa de Lucas sobre o Sínodo de Jerusalém (At 15,1-35). Num segundo momento, esses aspectos são retomados com o objetivo de apresentar elementos da sinodalidade ao longo da história da Igreja e na perspectiva sinodal do papa Francisco, em busca da fidelidade à missão evangelizadora na contemporaneidade.

1 A SINODALIDADE DE LUCAS EM ATOS 15,1-35

O ponto de partida desta pesquisa sobre a sinodalidade na Igreja é a narrativa dos Atos dos Apóstolos (15,1-35). Nesta primeira parte do estudo, serão apresentados elementos literários e teológicos importantes para a percepção sobre a visão eclesiológica de Lucas, ao contar a sua

história sobre a expansão do Evangelho a partir do empenho missionário desenvolvido pelos primeiros cristãos.

A sequência desenvolvida no livro Atos dos Apóstolos coloca o Sínodo de Jerusalém no centro do texto, como uma dobradiça que liga a primeira parte da obra (At 1,1-15,35) à segunda (15,36- 28,31). Trata-se de um momento de suma importância na narrativa desenvolvida por Lucas até que não seja resolvida oficialmente a questão da relação entre os novos convertidos e a velha instituição judaica, visto que o caminho do Evangelho fica interrompido nas resistências do grupo integrista judeu-cristão (FABRIS, 1991, p. 22).

A narrativa sobre o Sínodo de Jerusalém que se encontra em At 15,1-35 constitui uma unidade literária bem construída, por meio de três subunidades: (1) 15,1-5: introdução à controvérsia; (2) 15,6-21: o Sínodo de Jerusalém; (3) 15,22-35: a carta às igrejas.

1.1 Atos 15,1-5: introdução à controvérsia

Eis o texto, conforme a tradução da Bíblia de Jerusalém (2002):

Entretanto, haviam descido alguns da Judeia e começaram a ensinar aos irmãos: “se não vos circuncidardes segundo à norma de Moisés, não podereis salvar-vos”. Surgindo daí uma agitação e tornando-se veemente a discussão de Paulo e Barnabé com eles, decidiu-se que Paulo e Barnabé e alguns outros dos seus subiriam a Jerusalém, aos apóstolos e anciãos, para tratar da questão. Despedidos afavelmente pela igreja, atravessaram a Fenícia e a Samária, narrando a conversão dos gentios e causando grande alegria a todos os irmãos. Chegados a Jerusalém, foram acolhidos pela Igreja, pelos apóstolos e anciãos, e relataram tudo o que Deus fizera por meio deles. Então, alguns dos que tinham sido da seita dos fariseus mas haviam abraçado a fé, intervieram: diziam que era preciso circuncidar os gentios e prescrever-lhes que observassem a Lei de Moisés!⁴

Desse modo, Lucas introduz brilhantemente, de forma sucinta, o problema eclesiológico que suscitou o Sínodo de Jerusalém. Ele se refere a “alguns” pregadores provenientes de Jerusalém, que chegam em Antioquia da Síria pregando a circuncisão segundo a Lei de Moisés, para os convertidos de outras culturas (cristãos não judeus), a fim de que sejam salvos. Essas dificuldades são postas por “alguns dos que tinham sido da seita dos fariseus” que se converteram à fé cristã (At 15,5).

Vieram de Jerusalém por iniciativa própria: não foram convidados e nem enviados, pois não apresentam delegação oficial alguma. E, o que é mais preocupante, levantam problemas que poderiam dificultar a expansão da fé cristã, num momento crucial para a expansão da boa nova pelo mundo, com adesão de não judeus:

Trata-se de saber o que é constitutivo da salvação e da pertença ao povo de Deus: o Cristo ou a Lei de Moisés. Cristo vem apenas complementar a Lei de Moisés, ou Cristo é a verdadeira fonte de salvação? A questão era inelutável. Durante alguns anos judeu-cristãos puderam não explicitá-las. Vem o dia em

⁴ Ao longo de todo o artigo, é utilizada a *Bíblia de Jerusalém*.

que ela se impõe por si mesma. A circuncisão é o sinal por excelência da recepção da Lei de Moisés. É a entrada no compromisso com a lei (COMBLIN, 2013, p. 269).

A reação dessa pregação de alguns cristãos vindos da Judeia causa agitação na comunidade de Antioquia, e discussão deles com Paulo e Barnabé. Então, a colegialidade da Igreja de Antioquia decide que Paulo, Barnabé e alguns outros seguissem para Jerusalém a fim de discutir o problema com os apóstolos e anciãos. No percurso, a viagem se transforma em ocasião de evangelização bem-sucedida em terras fora da Palestina (Fenícia e Samaria), com a conversão de não judeus (At 15,3). Em Jerusalém, a comitiva de Antioquia foi bem acolhida pelos apóstolos e anciãos e relatou tudo o que o Senhor tinha feito com eles na pregação junto aos gentios (At 15,4). Contudo, cristãos provenientes da seita dos fariseus reagiram, reafirmando que era preciso circuncidar os não judeus e mandar que eles observassem a Lei de Moisés.

1.2 Atos 15,6-21: o Sínodo de Jerusalém

Apresentaremos agora como se deu essa assembleia analisando o texto bíblico em foco (At 15,6-21):

Reuniram-se, pois, os apóstolos e os anciãos para examinarem o problema. Tornando-se acesa a discussão, levantou-se Pedro e disse: “Irmãos, vós sabeis que, desde os primeiros dias, aprouve a Deus, entre vós, que por minha boca ouvissem os gentios a palavra da boa nova e abraçassem a fé. Ora, o conhecedor dos corações, que é Deus, deu testemunho em favor deles, concedendo-lhes o Espírito Santo assim como a nós. Não fez distinção alguma entre nós e eles, purificando seus corações pela fé. Agora, pois, por que tentais a Deus impondo ao pescoço dos discípulos um jugo que nem nossos pais nem mesmo nós pudemos suportar? Ao contrário, é pela graça do Senhor Jesus que nós cremos ser salvos, da mesma forma que eles”. Então, toda a assembleia silenciou. E passaram a ouvir Barnabé e Paulo narrando quantos sinais e prodígios Deus operara entre os gentios por meio deles. Quando cessaram de falar, Tiago tomou a palavra, dizendo: “Irmãos, escutai-me. Simeão acaba de expor-nos como Deus se dignou, desde o início, escolher dentre os gentios um povo dedicado ao seu Nome. Com isto concordam as palavras dos profetas, segundo o que está escrito: *depois disto voltarei e reedificarei a tenda arruinada de Davi, reconstruirei as suas ruínas e a reerguerei. A fim de que o resto dos homens procurem o Senhor, assim como todas as nações dedicadas ao meu Nome, diz o Senhor que faz estas coisas conhecidas desde sempre.* Eis porque, pessoalmente julgo que não se devam molestar aqueles que, dentre os gentios, se convertem a Deus. Mas se lhes escreva que se abstenham do que está contaminado pelos ídolos, das uniões ilegítimas, das carnes sufocadas e do sangue. Com efeito, desde antigas gerações tem Moisés em cada cidade seus pregadores, que o leem nas sinagogas todos os sábados”.

Após muita discussão entre os presentes no sínodo (At 15,7), Pedro (representante dos apóstolos) toma a palavra. O discurso (At 15,7-11) supõe a leitura do relato sobre a conversão do centurião romano Cornélio, em Cesareia (At 10,1-11.18). Apesar das críticas recebidas pelos cristãos-judeus de Jerusalém que eram adeptos da circuncisão, Pedro deu testemunho aos apóstolos e irmãos que o protagonismo daquela ação missionária foi o Espírito Santo, que o

conduziu a Cesareia e, depois, se doa aos gentios, sem ser mediado por qualquer iniciativa humana (At 11,1-18).

A conclusão do discurso de Pedro deixa claro, teologicamente, que não se obtém a salvação como resultado do cumprimento da lei (conforme defendiam os cristãos de origem farisaica em Atos 15,5), mas, “ao contrário, é pela graça do Senhor Jesus que nós cremos ser salvos, da mesma forma que eles” (At 15,11).

Após esse discurso, “toda a assembleia silenciou” (At 15,12). É interessante notar a referência que se faz ao grande número de pessoas presentes, *πλήθος* / *plēthos*, que pode ser traduzido por “multidão”, “assembleia” (conforme a Bíblia Interlinear). À discussão animada e viva da comunidade, após as palavras de Pedro, segue o silêncio e o acordo (15,4.12). Na perspectiva de Lucas, a assembleia tem uma função limitada e passiva no Sínodo de Jerusalém.⁵

Barnabé e Paulo aproveitam o silêncio para apresentar o seu testemunho, “narrando quantos sinais e prodígios Deus operara entre os gentios por meio deles”. Ninguém contradiz o que disseram, provavelmente porque suas palavras vão na mesma linha da experiência anteriormente partilhada por Pedro (At 15,12).

Nos versículos seguintes (15,13-21) tem-se o discurso de Tiago, representante dos presbíteros (anciãos) e da Igreja de Jerusalém. Tiago começa aderindo ao argumento apresentado no discurso de Pedro: “Simeão⁶ acaba de expor-nos como Deus se dignou, desce o início, escolher dentre os gentios um povo dedicado ao seu Nome” (At 15,14). Trata-se de uma bela síntese, que resume também todo o livro dos Atos dos Apóstolos. A história da expansão evangelizadora narrada por Lucas, que eclode como um grande dilema do Sínodo de Jerusalém, tem como tema a teologia de que Deus dedicou-se – desde o início – a escolher um povo dentre as nações que, no contexto original, referia-se ao antigo povo de Deus, Israel. Agora o novo “povo de Deus”, a Igreja, se enxerta no núcleo da história do antigo Israel, por meio dos judeus convertidos. Mas, a ele, de acordo com as promessas proféticas, acrescenta-se o povo entre os pagãos, isto é, a nova dimensão da Igreja que vai amadurecendo entre os não judeus. Desse modo, Lucas salva a continuidade histórica com Israel e a ele integra o fato novo da Igreja surgida entre os pagãos (FABRIS, 1991, p. 288).

Para dar uma fundamentação teológica a esse encontro histórico entre judeus e não judeus, na sequência do discurso, Lucas põe na boca de Tiago um texto da profecia de Amós (9,11-12), citada na versão grega (At 15,16-18):

⁵ Pode-se inferir que, na visão do evangelista Lucas, a presença da assembleia no sínodo funciona como contorno e pano de fundo para os protagonistas principais, representantes dos dois grupos dirigentes: Pedro, da parte dos apóstolos, e Tiago, porta-voz dos presbíteros (anciãos). Os dois grupos dirigentes, apóstolos e presbíteros, correspondem, na visão de Lucas, à função que tinham os sacerdotes e os anciãos do Sinédrio e Jerusalém com relação às sinagogas locais. Em resumo, a distribuição dos papéis, no Concílio de Jerusalém, corresponde à visão que Lucas tem sobre as estruturas de organização da Igreja (FABRIS, 1991, p. 285).

⁶ Simeão é a forma aramaica de Simão, nome de Pedro, conforme 2Pd 1,1. Lucas usa o termo aramaico provavelmente como recurso literário para dar verossimilhança à sua narrativa (COMBLIN, 2013, p. 272).

Depois disto voltarei e reedificarei a tenda arruinada de Davi, reconstruirei as suas ruínas e a reerguerei. A fim de que o resto dos homens procurem o Senhor, assim como todas as nações dedicadas ao meu Nome, diz o Senhor que faz estas coisas conhecidas desde sempre.

O texto de Amós, citado na tradução grega da Bíblia hebraica, confirma exatamente a teologia lucana⁷ de que a procura e a consagração ao Deus de Israel, por meio da missão evangelizadora junto aos não judeus, fazia parte do plano divino ao soerguer a missão de Israel de anunciar o mistério da salvação para todos os povos.

Nessa linha da narrativa teológica do evangelista Lucas, a conclusão do discurso de Tiago não poderia ser outra. Já que a vinda dos pagãos convertidos é parte do plano de Deus, nada pode ser feito que seja obstáculo ou impedimento. Por isso, afirma: “Eis porque, pessoalmente, julgo que não se devam molestar aqueles que, dentre os gentios, se convertem a Deus” (At 15,19).

Mas Tiago acrescenta que os cristãos convertidos de outras culturas religiosas, devem abster-se daquelas coisas que suscitam a repugnância instintiva dos judeu-cristãos, propondo quatro cláusulas ou observâncias prescritas em Levíticos 17-18: (1) não consumir carnes sacrificadas aos ídolos em cultos religiosos; (2) evitar uniões matrimoniais entre parentes, vetadas em Levíticos 18,6-18; (3) não comer carne de animais sufocados (que normalmente deixam restos de sangue por não terem sido mortos conforme as prescrições rituais); (4) evitar tocar em sangue (At 15,20-21).

Desse modo, sugere-se que se aplique aos convertidos à fé cristã provenientes de outras culturas, as mesmas exigências feitas aos estrangeiros assimilados no judaísmo. É provável que essa regra tenha surgido para evitar constrangimento religioso para cristãos-judeus que se sentiriam contaminados e tornados impuros pelos cristãos que não observavam tais prescrições com rigor, notadamente as leis de pureza.

Na conclusão do discurso, tem-se um versículo de difícil compreensão (At 15,21) que, no contexto do que foi dito, pode-se interpretar como um apelo para que se compreenda os judeu-cristãos que, desde tempos antigos, foram instruídos segundo a Lei de Moisés por seus pregadores, em dia de sábado, nas sinagogas. Sendo assim, esse aconselhamento é interessante pois denota sensibilidade pastoral, na busca de compreender ambas as partes em contenda.

⁷ O texto original hebraico tem um outro significado: ele anuncia a restauração do reino davídico, visto como domínio sobre os povos já submetidos na época do máximo esplendor e do sucesso político e militar de Davi. No texto está escrito que “naquele dia, reerguerei a cabana de Davi [...]. A reconstruirei como nos tempos antigos para que conquistem o resto de Edom e todas as nações [...] sobre as quais foi invocado o meu nome”. A versão grega dos Setenta leu, em lugar de *yirshu*, “conquistar”, *ydershu*, “procurar”, e no lugar de Edom, Adam, o resto “dos homens”. É interessante observar que este texto de Amós é utilizado nos rolos de Qumran em referência à expectativa messiânica da comunidade constituída no deserto (FABRIS, 1991, p. 288).

1.3 Atos 15,22-35: a carta sinodal às igrejas

O que está narrado aqui é semelhante a uma reunião pós-sinodal em que anfitriões (a comunidade de Jerusalém) encaminham as decisões que se tornaram consenso no sínodo. Eis o texto, na íntegra:

Então pareceu bem aos apóstolos e anciãos, de acordo com toda a assembleia, escolher alguns dentre os seus e enviá-los a Antioquia, junto com Paulo e com Barnabé. Foram Judas, cognominado Barsabás, e Silas, homens considerados entre os irmãos. Por seu intermédio, assim escreveram: “os apóstolos e os anciãos, vossos irmãos, aos irmãos dentre os gentios que moram em Antioquia, na Síria e na Cilícia, saudações! Tendo sabido que alguns dos nossos, sem mandato de nossa parte, saindo de nós, perturbaram-vos, transtornando vossas almas com suas palavras, pareceu-nos bem, chegados a pleno acordo, escolher alguns representantes e enviá-los a vós junto com nossos diletos Barnabé e Paulo, homens que expuseram suas vidas pelo nome de nosso Senhor, Jesus Cristo. Nós vos enviamos, pois, Judas e Silas, eles também transmitindo, de viva voz, esta mesma mensagem. De fato, pareceu bem ao Espírito Santo e a nós não vos impor nenhum outro peso além destas coisas necessárias: que vos abstenhais das carnes imoladas aos ídolos, do sangue, das carnes sufocadas e das uniões ilegítimas. Fareis bem preservando-vos destas coisas. Passai bem”. Tendo-se despedido, os enviados desceram a Antioquia, onde reuniram a assembleia e entregaram a carta. Feita a sua leitura, alegraram-se pelo consolo que trazia. Entretanto, Judas e Silas, que também eram profetas, falando longamente, exortaram e fortaleceram os irmãos. Passando algum tempo, estes despediram-nos em paz, de volta aos que os tinham enviado. Paulo e Barnabé, porém, continuaram em Antioquia, onde, com muitos outros, ensinavam e anunciavam a boa nova, a palavra do Senhor.

Nos encaminhamentos pós-sínodo, observa-se aqui mais uma decisão em colegiado: a liderança da comunidade de Jerusalém (apóstolos e anciãos), de acordo com toda a comunidade, decide enviar uma carta circular ou encíclica aos cristãos de origem não judaica, espalhados pelas regiões cujo polo é o centro administrativo de Antioquia, na Síria. E o fazem por meio de Paulo e Barnabé, além de dois respeitados representantes da Igreja que sediou o sínodo: Judas Barsabás (nome até então desconhecido no Novo Testamento) e Silas (companheiro de Paulo, conforme At 15,40; 1Ts 1,1; 2Ts 1,1; 2Cor 1,19; 1Pd 5,12). Eles confirmaram oralmente o que está escrito na carta, exortando e fortalecendo os irmãos de Antioquia (At 15,32).

Essa carta, tal como está escrita em At 15,23-29, pelo estilo helenístico, denota ser uma redação final do evangelista Lucas. Contudo, como afirma Rinaldo Fabris (1991, p. 292), “não se pode concluir que Lucas tenha inventado inteiramente aquele documento”, ao qual deu dignidade de conclusão sinodal. “Uma análise do vocabulário e da estrutura desta seção permite separar o trabalho lucano do núcleo originário pré-lucano”.

É importante salientar que não só em relação a essa carta pós-sinodal, mas a toda narrativa sobre o Sínodo de Jerusalém, Lucas utiliza em sua obra um método histórico-teológico bastante

peculiar: concentra, de modo harmonioso e completo, os argumentos e episódios diversos numa única narrativa que se desenvolve no tempo, aparentemente cronológico.⁸

É provável que, também neste caso, tenha ligado à discussão e às conclusões do Sínodo de Jerusalém a lembrança das normas de caráter ritual-alimentar concernentes às relações sociais entre os dois grupos cristãos, de origem judaica e de origem pagã. Em resumo, a carta para os cristãos provenientes de outras culturas teria sido unida artificialmente, por razões literárias e teológicas, ao Sínodo de Jerusalém, enquanto, na realidade, a sua origem teria sido autônoma e diversa (FABRIS, 1991, p. 292).

Em 15,28-29, o Espírito Santo ratifica a instrução dada aos gentios pelo sínodo. Na obra de Lucas (Evangelho e Atos) é o Espírito de Deus que guia a Igreja em suas opções históricas no caminho da evangelização, tal como em Pentecostes (At 2). As quatro restrições levantadas por Tiago (15,20) funcionam como um mínimo necessário à boa convivência.

A conclusão da narrativa de Lucas sobre o Sínodo de Jerusalém tem um desfecho feliz (At 15,30-35): (1) os enviados em missão chegam ao seu destino, Antioquia, e entregam a carta sinodal à comunidade cristã (At 15,30); (2) a leitura da carta causa alegria e consolação (At 15,31); (3) os profetas de Jerusalém fazem longo discurso que consola e fortalece os irmãos (At 15,32); (4) os emissários de Jerusalém, Judas e Silas, após um tempo de convivência, despedem-se em paz (At 15,33); (5) Paulo e Barnabé, em Antioquia, ensinam e evangelizam a palavra do Senhor, com muitos outros (At 15,35).⁹

A seguir, serão apresentados aspectos da sinodalidade ao longo da história da Igreja que foram retomados pelo papa Francisco, na busca de fidelidade às intuições originais neotestamentárias.

2 A SINODALIDADE DE FRANCISCO À LUZ DA SINODALIDADE DA IGREJA

Conforme foi apresentado anteriormente, o Sínodo de Jerusalém, segundo a perspectiva do evangelista Lucas (At 15,1-36), oferece elementos relevantes aos estudos sobre as origens da

⁸ Para se ter uma visão mais exata, do ponto de vista histórico, sobre o Concílio de Jerusalém, é de suma importância confrontar Atos 15,1-35 com Gálatas 2,1-10. Essa perícopa da carta de Paulo aos Gálatas guardou as memórias do próprio Paulo sobre aquele evento, ele que foi um dos seus protagonistas. Está bem delineada em três blocos: a subida a Jerusalém (Gl 2,1-3); a relação com os falsos irmãos (Gl 2,4-5); o encontro com os notáveis; e o reconhecimento oficial da pregação de Paulo (Gl 2,6-10). O texto está bem analisado, de forma sucinta, no livro *A carta aos Gálatas* (SILVANO, 2021, p. 48-57). É importante salientar que o objetivo deste artigo é demonstrar a importância do sínodo em meio aos desafios da evangelização frente à realidade. Preferiu-se partir dos Atos dos Apóstolos por ser o texto mais utilizado quando se procura informações sobre o Sínodo de Jerusalém. Em virtude do espaço delimitado deste artigo, preferiu-se centrar na perspectiva lucana do Atos dos Apóstolos. Não foram abordadas as controvérsias que surgem no confronto entre as narrativas de Lucas e de Paulo sobre o evento sinodal de Jerusalém.

⁹ Atos 15,34 não existe nos manuscritos mais confiáveis. Alguns manuscritos acrescentaram: “Mas, Silas ficou aí e Judas viajou sozinho”. Provavelmente, os copistas quiseram harmonizar 15,33 com 15,40, quando Paulo escolhe dar continuidade à sua missão evangelizadora (COMBLIN, 2013, p. 274).

sinodalidade na Igreja. Ao longo da história, as intuições ali presentes foram retomadas, a partir de novos desafios que se impuseram à evangelização.

Assim, nesta seção, serão ressaltados dois aspectos basilares da sinodalidade na Igreja: (1) como resposta eclesial aos desafios que se impõem pela realidade ao longo da história; (2) como forma do exercício do poder em colegiado para enfrentar esses desafios.

2.1 A sinodalidade como resposta eclesial aos desafios históricos

A experiência sinodal se dá como busca de soluções tomadas em conjunto diante dos desafios históricos que se contrapõem à missão evangelizadora. No Sínodo de Jerusalém, o objeto da controvérsia é debatido. Não se trata de um aspecto marginal da vida cristã, mas um princípio que diz respeito ao seu conteúdo essencial, no plano ideológico e operativo: de um lado, Paulo e Barnabé que defendem a sua metodologia missionária, convalidada pelo sucesso da primeira viagem missionária; de outro, Pedro e Tiago, da Igreja de Jerusalém, que, no contexto solene da primeira reunião sinodal entre representantes de igrejas cristãs, ratificam com métodos e funções diferentes, a ação dos dois missionários de Antioquia.

Ao longo da história da Igreja, a realização de sínodos foi sendo valorizada como instância necessária para o discernimento conjunto de como prosseguir a missão evangelizadora em meio aos novos desafios dos contextos socioreligiosos do tempo presente. Desde João Crisóstomo (347-407) tem-se conhecimento que a instituição sinodal é referida ao modelo bíblico da assembleia de Jerusalém (At 15). A necessidade de resolver conflitos locais e regionais suscitou, no século II, a realização de assembleias eclesiais na Ásia Menor; no século seguinte, estas passaram a reunir representantes das igrejas de uma ou de várias províncias imperiais, ou de toda a parte ocidental do império. Com o Imperador Constantino (272-337), quando a Igreja se tornou religião oficial do Império Romano, os sínodos passam à categoria de uma instância oficial da *oikoumene* (palavra grega que significa “o mundo habitado”, daí o termo “ecumênico”),¹⁰ e suas decisões se tornaram obrigatórias para toda a Igreja. Na escala do império, o sínodo toma tradicionalmente o nome de concílio (ecumênico, universal). Desde a Idade Média, a palavra latina *concilium* (ou sua variante *consilium*) ficou sendo utilizada para as reuniões em nível mais amplo, enquanto que sínodo, para as assembleias eclesiásticas regionais (LACOSTE, 2014, p. 409-412). O elemento sinodal se mantém em ambos os termos. Com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, a aprovação pelo bispo de Roma é indispensável, e as decisões conciliares tinham valor de leis imperiais. A partir da ruptura com a Igreja do Oriente em 1054, os concílios gerais da cristandade ocidental, convocados e dirigidos pelo papa, reivindicaram um caráter ecumênico, estatuidando princípios que diriam respeito à Igreja toda (LACOSTE, 2014, p. 1670-1672).

¹⁰ Para saber mais sobre os sínodos ou concílios ecumênicos que aconteceram ao longo da história da Igreja, ver Abdías (2019), Bellitto (2010) e Alberigo (1997).

No século XV-XVI, quando a Igreja se vê ameaçada por cismas na Europa, os bispos se reúnem para restabelecer a unidade e operar reformas. Com o Concílio de Trento (1540-1560), o papa consegue afirmar seu primado sobre os concílios. Na Igreja moderna, os concílios são doravante dominados pelo papado, no que tange à convocação, pauta, direção, execução das resoluções, tal como ficou definido no Concílio Vaticano I (1869-1870). O Concílio Vaticano II, porém, retoma e valoriza a participação de toda a Igreja nas discussões, assembleias e decisões conciliares; mesmo sendo organizado pelo papa, os bispos participantes podem discutir livremente sobre problemas da Igreja locais e outros tantos dramas humanos que perpassam fronteiras, em busca de soluções na linha da corresponsabilidade pastoral, mantendo-se em comunhão com a Igreja universal (LACOSTE, 2014, p. 410).

Na busca da atualização (*aggiornamento*) da Igreja em meio aos problemas que interpelam a evangelização no tempo presente, as decisões conciliares pretendiam colocar a Igreja em uma nova era em que os desafios históricos deveriam ser discernidos a partir do Evangelho sob o impulso do Espírito. No período pós-conciliar, os resultados do Concílio Vaticano II foram bem recebidos, mas passaram a ser arrefecidos com o passar dos anos. Segundo o teólogo João Décio Passos (PASSOS, 2022, p. 579-580):

Esse espírito conciliar produziu inequívocos resultados pelo mundo afora, mas foi sendo arrefecido por uma perspectiva eclesial que raptou o potencial renovador das decisões conciliares, em nome de uma tradição que não comporta rupturas. A ideia de que o concílio não havia renovado a doutrina, mas apenas a pastoral, assumiu gradativamente o lugar de interpretação oficial da Igreja sob a batuta do então cardeal Ratzinger, e foi tornando-se política eclesiástica cujo eixo central era a conservação e não mais a renovação. Os pontificados de João Paulo II e de Bento XVI assumiram essa postura e produziram efeitos na cultura, na política e na estrutura eclesiais. Os grupos tradicionalistas, incluindo os negadores das renovações conciliares e do próprio concílio, e os tradicionais temerosos das renovações aglutinaram-se cada vez mais no epicentro desses papas e compuseram uma totalidade conservadora que teve como ápice a renúncia de Bento XVI. A crise que se abateu na Igreja católica precipitou a renúncia do papa Bento e a eleição de Francisco.

Com o papa Francisco, “o espírito e a letra do Vaticano II foram retomados, embora o conjunto do corpo eclesial estivesse ocupado por sujeitos e por uma cultura conservadores”. No atual pontificado, “o propósito da sinodalidade eclesial que se encontra em fase de construção representa, certamente, um ponto de chegada das reformas conciliares” (PASSOS, 2022, p. 580).

De fato, desde que assumiu o seu ministério, o papa Francisco insistiu na missão de toda Igreja de anunciar o Evangelho, por meio de discípulos missionários. Ao publicar a exortação apostólica *Evangelii gaudium*, em novembro de 2013, já estava presente o seu desejo de promover uma “Igreja em saída [...] para chegar às periferias humanas” (EG 46), uma Igreja desinstalada de sua zona de conforto que segue em direção aos destinatários privilegiados do Evangelho: os pobres (EG 48). Ele afirma claramente: “prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por

ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças” (EG 49).

Para tanto, o papa Francisco viu que seria fundamental retomar as contribuições do grande movimento sinodal que foi desencadeado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), com suas repercussões em conferências episcopais realizadas em várias partes do mundo. Só na América Latina ocorreram as conferências de Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007).

O papa percebeu a necessidade de reassumir esse movimento, em meio aos desafios do tempo presente que são urgentes, intrigantes e peculiares. Na encíclica *Fratelli tutti*, sobre a fraternidade e a amizade social, lançada em outubro de 2020, fica claro como o papa enxerga a realidade desafiadora do tempo presente: “sem pretender efetuar uma análise exaustiva nem tomar em consideração todos os aspectos da realidade que vivemos, proponho apenas manter-nos atentos a algumas tendências do mundo atual que dificultam o desenvolvimento da fraternidade universal” (FT 9). E, a partir daí, em todo o capítulo I do documento, apresentam-se problemas que, embora desafiadores, devem ser tomados como motivadores ao empenho missionário (FT 10-53).

Por isso, o papa Francisco insiste na sabedoria que surge do encontro de cada pessoa com a realidade: “a capacidade de sentar-se para escutar o outro, característico de um encontro humano, é um paradigma de atitude receptiva, de quem supera o narcisismo e acolhe o outro, presta-lhe atenção, dá-lhe lugar no próprio círculo” (FT 48). A capacidade de sentar-se para dialogar sobre os problemas do mundo atual que atravessam fronteiras e desafiam a evangelização é a grande proposta da Igreja sinodal. Por meio do diálogo é possível traçar “caminhos de esperança”, com repercussões locais e internacionais.

Um belo exemplo disso foi o Sínodo da Amazônia, realizado em Roma, de 6 a 27 de outubro de 2019, resultado de um longo percurso de preparação na base das igrejas locais da região amazônica, e que representou a convergência e a integração de três movimentos de caráter planetário: (1) a defesa de nossa “casa comum”, ameaçada por um modelo de crescimento baseado na exploração sem limites e em uma cultura de descarte (inclusive de pessoas) que está na raiz da crise socioambiental, da qual as mudanças climáticas são uma expressão da ameaça à sustentabilidade do planeta; (2) a percepção do papel da Amazônia para o equilíbrio ambiental, inclusive do clima ameaçado pela ocupação e devastação do planeta; (3) o processo de valorização da cultura e da terra dos povos originários ameaçados, que é associado à percepção de sua importância para a manutenção da biodiversidade.

Diante desses desafios, a Igreja católica assumiu a busca de uma alternativa planetária como novo paradigma civilizatório, por meio de uma inculturação (encarnação da vida e das mensagens cristãs em uma área cultural concreta) da qual resulte uma Igreja com face amazônica (CARVALHO NETO, 2020, p. 33-34).

2.2 A sinodalidade como forma do exercício de decisões em colegiado

Na narrativa lucana do Sínodo de Jerusalém (At 15,1-29), que se reporta aos anos 49-50, percebe-se uma organização eclesial em que a Igreja de Jerusalém é a sede dos “apóstolos”, ao menos para um primeiro período (At 8,1.14; 9,27; 11,1) e exerce a função de guia e de polo unificador em relação às novas comunidades que surgem na Palestina e mesmo fora dela, funcionando como uma espécie de mútuo reconhecimento com a seguinte configuração: as novas comunidades querem referir-se à Igreja histórica de Jerusalém e, esta, acolhe os novos grupos cristãos, formando uma rede de relações que se tornam visíveis pela mediação das pessoas que, por sua vez, mantêm unido este conjunto eclesial. Barnabé, como Pedro e João, é enviado à nova Igreja de Antioquia (At 11,22) que passa a enviar os delegados da assistência, Saulo e Barnabé, à Igreja-mãe (At 11,30) (FABRIS, 1991, p. 119).

No Sínodo de Jerusalém, narrado por Lucas,¹¹ percebe-se uma estrutura eclesial que surge para tomar decisões em colegiado, a partir da necessidade concreta do anúncio da palavra, da harmonia, da perseverança dos fiéis e da colaboração entre as comunidades cristãs locais. Desse modo, um problema real que surgiu como entrave à evangelização cristã é resolvido a partir do momento que foi partilhado e discutido em assembleia, com a presença dos personagens diretamente envolvidos.

A eficácia da experiência sinodal trouxe às claras a importância dessa metodologia eclesial para tomadas de decisões importantes que direcionam a evangelização. No contexto eclesial de hoje, desde que assumiu o pontificado, Francisco demonstra que deseja seguir essa experiência de tomada de decisões a partir do conjunto das igrejas. Sobre “colegialidade episcopal”, Paulo César Barros (2005, p. 4) afirma:

No amplo contexto da revisão que faz o Vaticano II da forma de governo hierárquico exercido na Igreja católica romana, é proposto com inequívoca transparência o conceito de colegialidade episcopal, ainda que a palavra “colegialidade” como tal não apareça nos textos conciliares. O governo eclesiástico, do qual são investidos os bispos em comunhão com o romano pontífice, segundo a tradição eclesial, não pode se dar senão ao modo colegial, vale dizer, senão como expressão de comunhão e solicitude por toda a Igreja de Cristo.

A adesão de Francisco às intuições do Concílio Vaticano II sobre o tema da sinodalidade, conforme ressaltam Ney de Souza e Tiago Cosmo da Silva Dias, podem ser percebidas já na primeira saudação ao povo após ter sido eleito papa (13 de março de 2013): “Irmãos e irmãs, boa

¹¹ É importante salientar que, neste artigo, o objetivo não era entrar na discussão a partir do estudo comparativo entre as duas narrativas do Sínodo de Jerusalém: a de Paulo em Gálatas 1 2,1-10 e a de Lucas em Atos 15,1-29. Contudo, de acordo com Rinaldo Fabris que discorre sobre as divergências e convergências entre as duas versões sobre o mesmo acontecimento (1991, p. 295-302), o ponto que têm em comum é o fato de que o sínodo oportunizou uma tomada de decisão importante para a evangelização. Segundo o autor, “o problema central, objeto de discussão e sobre o qual se encontra um acordo, é o da lei da circuncisão para os recém-convertidos oriundos do paganismo. Em ambos os textos, há uma aprovação da atividade missionária de Paulo em favor dos pagãos” (FABRIS, 1991, p. 300).

noite! Vós sabeis que o dever do conclave era dar um bispo a Roma. Parece que os meus irmãos cardeais foram buscá-lo quase ao fim do mundo [...]. Eis-me aqui. Agradeço-vos o acolhimento: a comunidade diocesana de Roma tem o seu bispo. Obrigado!” Nessas palavras, pelo menos duas realidades chamaram a atenção: (1) o fato dele referir-se a si como bispo de Roma, o que assinala que a primeira instituição do cristianismo é o episcopado, não o papado; 2) dele dirigir-se primeiramente à comunidade diocesana de Roma, demonstrando que ele era um bispo como os demais, à frente de uma Igreja local. Ao dirigir-se a todo o mundo e fazer o apelo para que exista uma grande fraternidade, Francisco retomou a expressão de Inácio de Antioquia, de que a Igreja de Roma é aquela “que preside todas as igrejas no amor”. Em síntese, já na sua primeira fala pública, Francisco apresentava sua intenção de ser o *primus inter et cum pares*,¹² não um monarca soberano (SOUZA; DIAS, 2021, p. 111-112).

Contudo, a proposta de Francisco também encontra resistências da ala conservadora da Igreja católica. Um exemplo, é o cardeal alemão Gerhard Ludwig Müller (1947), prefeito-emérito da Congregação para Doutrina da Fé, presidente-emérito da Pontifícia Comissão *Ecclesia Dei*, da Pontifícia Comissão Bíblica e da Comissão Teológica Internacional:

Em declarações ao *LifeSiteNews*, o cardeal Gerhard Müller criticou fortemente a primeira assembleia oficial do “caminho sinodal” da Igreja alemã. Inclusive, chegou a compará-la com a lei de habilitação dos nacional-socialistas alemães de 1933. Também disse que “rescinde a Doutrina da Igreja”, distanciando-se “da missão religiosa” da mesma (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2020).

Contudo, de acordo com Rafael Luciani, em relação à sinodalidade estamos perante “um desafio que implicará uma mudança de mentalidades” e, juntamente com ele, “a construção de um novo modelo institucional”, tendo como fundamento a eclesiologia do povo de Deus na *Lumen gentium* (colocar nas referências finais) da qual “a sinodalidade supõe uma maturação” (referência?). Analisando a etapa continental e o trabalho realizado pela comissão de síntese, da qual é membro, o teólogo venezuelano vê como um desafio que “a Igreja que escuta deve ser a Igreja que aprende de agora em diante”, algo só possível com “parrésia (liberdade de fala) e não medo”, levando a “um novo modelo institucional que tem de partir de uma nova relação entre aqueles que elaboram decisões e aqueles que tomam decisões”, sabendo que “todos nós, em igual dignidade batismal, temos o direito e também o dever de exigir mudanças à Igreja” (MODINO, 2023).

Desse modo, conforme afirma Aquino Júnior,

a expressão “sinodalidade” tem se tornado cada vez mais uma categoria eclesiológica central e decisiva no processo de renovação/reforma eclesial desencadeado pelo papa Francisco. [...] Trata-se, no fundo, de uma retomada e de um aprofundamento da eclesiologia conciliar, desenvolvida a partir e em torno da categoria “povo de Deus”. Não sem razão, muitos autores têm falado

¹² Em português a expressão pode ser traduzida como “primeiro entre os iguais”.

O próprio Concílio Vaticano II surgiu da necessidade de que a Igreja, inspirada em suas origens neotestamentárias, retomasse o estilo de discutir, discernir e decidir sobre temas importantes por meio de assembleias representativas de todo povo de Deus. O espírito sinodal de Francisco já é, nesse aspecto, um anúncio do Evangelho em continuidade com a experiência das primeiras comunidades cristãs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sinodalidade do papa Francisco é uma forma de expressar a responsabilidade em colegiado dos rumos trilhados pela Igreja. Como bem expressa a palavra, “sínodo” é um caminhar juntos, como povo de Deus, povo que é constituído por todos os batizados. O papa tem clareza disso, como demonstra em seus escritos por meio de inúmeras citações dos documentos do Concílio Vaticano II.

Ele busca fundamentar-se no Concílio para ousar retomar uma Igreja sinodal em todos os níveis, desde as igrejas particulares por meio do sínodo diocesano, no qual presbíteros e leigos se reúnem com o bispo para decidir os rumos da Igreja local, à luz das diretrizes seguidas por toda a Igreja.

A experiência sinodal também permeia a Igreja no âmbito das províncias e regiões eclesiais, dos concílios particulares e das conferências episcopais. O último nível é o da Igreja universal, por meio do sínodo dos bispos, que representa todo o episcopado católico.

O papa tem consciência de que, ao propor uma Igreja sinodal, põe em prática uma descentralização do poder. Ele tem clareza de que não convém ao papa substituir os episcopados locais no discernimento de todas as problemáticas que sobressaem nos seus territórios. O grande objetivo de Francisco é que as comunidades se esforcem por utilizar os meios necessários para avançar no caminho de uma conversão pessoal e missionária. Não basta uma simples administração da Igreja local, pois, é urgente um estado permanente de missão em todas as regiões da Terra.

Na perspectiva de se retomar a vocação missionária a partir da Igreja local, o papa Francisco está em profunda sintonia com a sinodalidade do evangelista Lucas. O primeiro sínodo de Jerusalém surgiu da necessidade de propor novos rumos à evangelização em meio a entraves da época enfrentados pelos evangelizadores de igrejas locais (At 15,1-35).

O grande objetivo da Igreja sinodal do papa Francisco consiste em evangelizar por meio de uma “Igreja em saída”, que necessita do protagonismo de discípulos e discípulas missionários. Urge, portanto, enfrentar todos os entraves que surjam no caminho da evangelização, na busca da fidelidade ao imperativo missionário posto por Jesus: “ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura” (Mc 16,15). ✠

REFERÊNCIAS

- ABDÍAS, David. **Breve história dos concílios ecumênicos**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- ALBERIGO, Giuseppe. **História dos concílios ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1997.
- AQUINO JÚNIOR, Francisco de. Sinodalidade como “dimensão constitutiva da Igreja”: retomando e aprofundando a eclesiologia conciliar. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 82, n. 321, p. 8-23, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/3933>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- BARROS, Paulo César. Colegialidade episcopal no Vaticano II: o concílio convida-nos a resgatar um dado fundamental da tradição eclesial. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 37, n. 102, p. 199-224, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/392/746>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- BELLITTO, Christopher. **História dos 21 concílios da Igreja: de Niceia ao Vaticano II**. São Paulo: Loyola, 2010.
- BERLEJUNG, Angelika; FREVEL, Christian. **Dicionário de termos teológicos fundamentais do Antigo e do Novo Testamento**. São Paulo: Paulus; Loyola, 2011.
- BÍBLIA de Jerusalém. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.
- CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. O Sínodo da Amazonas – um acontecimento definidor. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 45, n. 249, p. 33-62, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ucesal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/620/484>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- COMBLIN, José. **Atos dos Apóstolos: comentário bíblico latinoamericano**. Novo Testamento. São Paulo: Fonte Editorial; Aparecida: Santuário, 2013.
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **A sinodalidade na vida e na missão da Igreja**. Vaticano, 2018.
- DICIONÁRIO de conceitos fundamentais de Teologia. São Paulo: Paulus, 1993.
- DICIONÁRIO enciclopédico da Bíblia. São Paulo: Loyola, 2013.
- FABRIS, Rinaldo. **Atos dos Apóstolos**. São Paulo: Loyola, 1991.
- FERREIRA, Antonio Luiz Catelan. A sinodalidade eclesial no magistério do papa Francisco. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 59, p. 390-404, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34480/34480.PDF>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- FRANCISCO. **Carta encíclica Fratelli tutti: sobre a fraternidade e a amizade social**. São Paulo: Paulinas, 2020.
- FRANCISCO. Comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos. **Santa Sé**, 17 out. 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html. Acesso em: 10 fev. 2023.
- FRANCISCO. **Exortação apostólica Evangelii gaudium: sobre a alegria do Evangelho**. São Paulo: Paulinas, 2013.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Cardeal Muller vê paralelos entre o nazismo e o caminho sinodal alemão. **Instituto Humanitas Unisinos**, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/596136-cardeal-mueller-ve-paralelos-entre-o-nazismo-e-o-caminho-sinodal-alemao>. Acesso em: 28 abr. 2023.

LACOSTE, Jean-Yves. **Dicionário crítico de Teologia**. São Paulo: Loyola; Paulinas, 2014.

MODINO, Padre. Teólogo Luciani: sinodalidade, um desafio que implicará uma mudança de mentalidade. **Vatican News**, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2023-03/teologo-luciani-sinodalidade-desafio-implicara-mudanca.html>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PARANHOS, Washington da Silva; PONTE, Moisés Nonato Quintela. Sinodalidade como “estilo”. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 54, n. 1, p. 11–19, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/5061/4840>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PASSOS, João Décio. Sinodalidade: concretização atualizada do Vaticano II. **Caminhos**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 579-588, set./dez. 2022. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/12670>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SILVANO, Zuleica Aparecida. **Carta aos Gálatas: “até que Cristo ser forme em nós”** (Gl 4,19). São Paulo: Paulinas, 2021.

SOUZA, Ney de; DIAS, Tiago Cosmo da Silva. Por uma reforma do papado: história, apelos e caminhos à luz do pontificado do papa Francisco. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, ano 29, n. 98, p. 103-118, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/52195/pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Recebido em: 01/04/2023.

Aceito em: 07/06/2023.